



Relatório de atividades da Fundação Côa Parque em 2015

1. Introdução

O PAVC e o Museu do Côa, pese embora o seu estrangulamento financeiro, continuaram ao longo do ano de 2015 a assegurar um serviço regular de funcionamento. Assim, quer as visitas aos núcleos de arte rupestre abertos ao público, quer as visitas ao Museu do Côa (aqui com ou sem acompanhamento), apenas encerraram nos dias 1 de Janeiro, 1 de Maio e 25 de Dezembro, para além do fecho semanal das segundas-feiras.

O Museu do Côa recebeu pelo terceiro ano consecutivo o Certificado de Excelência do Trip Advisor.

2. Números de visitantes ao PAVC e Museu

Foram 41 087 os visitantes ao Vale do Côa em 2015 (PAVC e Museu). Relativamente a 2014, em que o número de visitantes contabilizados foi de 33 698, houve assim um aumento de 7 389 pessoas, o que corresponde a mais 22% (ver mapa em anexo).

3. Novos Protocolos/Parcerias

Celebração de novos protocolos/parcerias de cooperação com as seguintes Entidades:

1. Trilhos do Passado – Angela Cristina Bento Junqueiro;
2. Assinatura do Contrato com a Empresa Scenic Tours (para realização de visitas ao Museu e Oficinas de Arqueologia Experimental);



3. Aditamento/Alteração ao Protocolo celebrado com a Ravinas do Côa (passou para o Sr. Rui Reininho).

4. Investigação

4.1. Escavações arqueológicas e outros trabalhos de campo do projeto PIPA

Os trabalhos de investigação arqueológica no domínio do Paleolítico, realizados no ano de 2015, encontram-se enquadrados pelo projeto PIPA, *PaleoCôa - Cronologia e Paleoambientes da Ocupação Paleolítica do Vale do Côa*, aprovado pela Direcção-Geral do Património Cultural em Abril de 2014, com a duração de 3 anos e sob a direcção do arqueólogo Thierry Aubry, da FCP.

Trabalhos de campo

- Escavação do sítio arqueológico da Cardina/Salto do Boi (28 de Abril a 4 de Junho).
- Continuação dos trabalhos de levantamento das representações gravadas na rocha 1 do Tudão (7 de Setembro a 8 de Outubro).
- Trabalhos de prospeção arqueológica e litológica (5, 8 e 9 de Junho, e 25 a 28 de Outubro).
- Trabalhos de escavação do sítio da Broeira (14 a 23 de Outubro).
- Manutenção do Monumento Nacional da Cardina/Salto do Boi (29 de Outubro a 3 de Dezembro).

Trabalhos de gabinete



- Tratamento, inventário e estudo do material arqueológico da Cardina.
- Organização dos materiais arqueológicos paleolíticos nas reservas do museu do Côa.
- Execução das fichas das rochas paleolíticas da Faia.
- Descrição, foto e desenho da placa do Vau (Sever do Vouga).

4.2. Monitorização e prospeção da arte do Côa

À semelhança dos anos anteriores, continuou-se este trabalho, de prospeção e monitorização do estado dos sítios arqueológicos. No tocante à prospeção, é de relevar a descoberta de dois sítios novos com arte rupestre: Vale Canivães e Castelejo, assim como o aumento do inventário em 49 novas rochas, passando-se para 86 sítios com 1239 rochas inventariadas na arte do Côa. De realçar aqui as novas descobertas nos sítios de Vale de Cabrões e Vale do Forno. Em Vale de Cabrões o inventário passou de 61 para 101 rochas, e no Vale do Forno de 87 para 93. Com isto passaram, respetivamente, a ser o segundo e o terceiro maiores sítios da arte do Côa.

4.3. Projeto de investigação sobre a arte esquemática pré-histórica

Em colaboração com a Fundação Côa Parque, continuou-se um projeto de investigação na área do Parque, intitulado **“ART-FACTS. Contextos arqueológicos da Arte Esquemática no Vale do Côa”**, da responsabilidade dos arqueólogos João Muralha, Lara Bacelar Alves, Bárbara Carvalho e Mário Reis (da Fundação Côa Parque). Este ano procedeu-se à escavação arqueológica do sítio com pinturas do Colmeal, no último ano de trabalho de campo deste projeto.



4.4. Registo fotográfico das rochas e motivos da arte do Côa

Continuou-se a fazer o registo minucioso e detalhado de variadas rochas com gravuras e pinturas, com recurso a luzes artificiais, tendo-se obtido alguns milhares de imagens digitais das rochas seleccionadas.

4.5. Inventário dos motivos da arte do Côa

Continuou-se a preencher uma base de dados de inventário de motivos da arte do Côa, em toda a sua diacronia. Neste momento, com 1108 rochas analisadas, estão inventariados 10.405 motivos rupestres de vários períodos cronológicos.

4.6. Arqueologia no vale do Sabor e receção de materiais arqueológicos no Museu do Côa

Realização dos pareceres técnicos sobre os relatórios arqueológicos dos trabalhos de acompanhamento arqueológico do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.

O Museu do Côa recebeu entretanto os materiais arqueológicos respeitantes à arte pré e proto-histórica do vale do Sabor recolhidos durante os trabalhos de salvamento arqueológico no âmbito da construção deste empreendimento hidroelétrico. Estes materiais são constituídos pelas placas de arte móvel paleolítica saídas do terraço do Medal e as placas e outros materiais com incisões da Idade do Ferro recolhidos nas escavações do Castelinho e, eventualmente de outras intervenções arqueológicas. Ficam ainda arquivados nas nossas reservas os materiais dos levantamentos arqueológicos da arte rupestre que ficou submersa pelo enchimento da barragem.

4.7. Vida académica e outros projetos científicos



- Participação no Júri de Doutoramento de Arceredillo Alonso, D. (2015). *Análisis paleobiológico de los ungulados del Pleistoceno Superior de la Meseta norte*. Tesis Doctoral, Departamento de Geología, Área de Paleontología, Facultad de Ciencias, Universidad de Salamanca. [TA]
- Participação no Comité Científico do *10th International Symposium on Knappable Materials*, Barcelona. [TA]
- Participação do projeto da Fundação Ciência e Tecnologia *Karstic caves of Central Portugal as palaeoenvironmental archives. Speleogenesis and present-day dynamics* (PTDC/CTE-GIX/117608/2010) [TA]
- Elaboração do projeto *PALÉOCOIA - A transição do Neandertal para o Homem Anatomicamente Moderno no Vale do Côa: ambientes, simbolismo e redes sociais* (PTDC/EPH-ARQ/0326/2014). Projeto selecionado pelo Painel de avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, nos termos do nº 2 do artigo 114º do Regulamento Específico do Domínio da competitividade e Internacionalização (portaria nº57-A/2015, de 27 de Fevereiro). Coordenação de T.Aubry.

5. Divulgação e publicações

5.1. Realização da Exposição "Arte Rupestre do Vale do Côa" na Coreia do Sul.

A convite do Doutor Sangmog Lee, diretor do Museu do Petróglifo de Ulsan (Coreia do Sul), a FCP organizou uma exposição sobre a Arte Rupestre do Vale do Côa, que esteve patente neste museu desde o dia 9 de Setembro até 12 de Dezembro.



Esta Exposição Especial do Museu do Petróglypho, que foi comissariada por António Martinho Baptista, seria visitada por c. de 30.000 pessoas. Foi a primeira grande exposição sobre a arte do Côa que realizámos fora de Portugal, assinalando a projeção internacional do Côa no Oriente. E na base da colaboração que vimos mantendo com os nossos colegas coreanos, prevê-se para o ano de 2016 a realização no Museu do Côa de uma exposição sobre a arte rupestre de Bangudae e outros sítios rupestres da Coreia do Sul.

Logo após a inauguração da Exposição, na qual estiveram presentes em representação da FCP, os Drs. António Ponte, António Martinho Baptista e António Batarda Fernandes, foi realizado um colóquio, no Museu da Cidade de Ulsan, sobre a arte do Côa.

Para além da exposição, foi produzido um volume de 220 p., em edição bilingue (português e coreano), que constitui atualmente a mais recente síntese sobre o PAVC e a arte do Côa.

5.2. Apresentações em Congressos

Coorganização do "IIº Congresso de Património e Arqueologia do Douro Superior e Baixo Côa - Pensar Museus e Patrimónios Entre o Côa, o Águeda e o Douro Internacional". (ACDR Freixo de Numão, Fundação Côa Parque e ICNF/PNDI). De 17 a 20 de novembro (com sessões distribuídas entre Vila Nova de Foz Côa, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda). Com apresentações variadas dos diversos técnicos e arqueólogos do PAVC/Museu do Côa.

Coorganização entre a FCP e o Museu do Petróglypho de Ulsan, do Colóquio sobre a Arte Rupestre do Vale do Côa, no Museu da Cidade de Ulsan (Coreia do Sul) em 9 de setembro.



Integrado na cerimónia inaugural da Exposição Especial sobre a Arte Rupestre do Vale do Côa, em Ulsan.

Aubry, T. Qui a tué le mythe de l'homme des cavernes. In *Festival archéologique 2015 : De la trace au geste*. 30 de Julho, Preuilley-sur-Claise (França).

Aubry, T.; Gameiro, C.; Luís, L.; Mangado Llach, J.; Matias, H.; Pereiro, T. do. Upper Palaeolithic Social Networks in Central and Northern Portugal revealed by lithic raw material sourcing. In *10th International Symposium on Knapable Materials*. 8 de Setembro de 2015, Barcelona (Espanha).

Aubry, T.; Matias, H.; Gameiro, C.; Zilhão, J. Contrasting Middle and Upper Paleolithic raw material sourcing in the Central Limestone Massif (Estremadura, Portugal). In *10th International Symposium on Knapable Materials*. 7 de Setembro de 2015, Barcelona (Espanha).

Luís, L.; Aubry, T.; Santos, A.T. Directing the eye. The Côa Valley Pleistocene rock art in its social context. In *XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015 (Session Conspicuous or hidden: the issue of visibility in the understanding of prehistoric Rock Art)*. 3 de Setembro de 2015, Cáceres (Espanha).

Sanches, M.J.; Teixeira, J.C.; Santos, A.T., A Arte Rupestre como Arquitetura. In *Seminários em Pré-história. A Arqueologia, a Arquitetura e a Arte*. 9 de Abril, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Santos, A.T.; Díaz-Guardamino, M., Assessing the use of RTI at Foz Coa. In *Assessing digital solutions in cave and rock art research. A Workshop*. 22 de Setembro, Museo Nacional y Centro de Investigación de Altamira (Santillana del Mar, Cantábria, Espanha).



5.3. Publicações

1/81: 30 anos do Centro Português de Serigrafia. *Cadernos do Côa*, 9. Ed. da Fundação Coa Parque (número monográfico dedicado à exposição de gravura e serigrafia patente no Museu do Côa entre Maio e Agosto de 2015).

Aubry T.; Barbosa, A.F.; Luís L.; Santos A.T.; Silvestre M. (in press, corrected proof). Quartz use in the absence of flint. Middle and Upper Palaeolithic raw material economy in the Côa Valley (North-eastern Portugal). *Quaternary International*. [Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1040618215011933>].

Aubry, T. (2015). Peuplement de l'intérieur de la Péninsule ibérique pendant le Paléolithique supérieur : où en est-on ? *ARPI: Arqueologia y Prehistoria del interior peninsular* 3: 20-31.

Aubry, T. (2015). Premières communautés et art paléolithique de la vallée du Côa. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 43-67.

Aubry, T.; Barbosa, A.F.; Gameiro, C.; Luís, L.; Matias, H.; Santos, A.T.; Silvestre, M. (2015). De regresso à Cardina 13 anos depois: Resultados Preliminares dos Trabalhos Arqueológicos de 2014 no Vale do Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18: 5-26.

Aubry, T.; Barbosa, A.F.; Luís, L.; Santos, A.T.; Silvestre, M. (2015). Escavar para quê? Conhecer os artistas para compreender a arte do Côa. *Côavisão* 17: 120-30.

Aubry, T.; Luís, L.; Mangado Llach, J.; Matias, H. (2015). Adaptations to lithic resources and environments during the Last Glacial Maximum by Solutrean hunter-gatherer societies in Atlantic Europe. *Journal Anthropological Research* 71(4).



- Baptista, A.M. (2015). 250 séculos de arte moderna em diálogo com a nossa contemporaneidade. In 1/81 [30 anos/CPS: Centro Português de Serigrafia], *Cadernos do Côa*, 09: 6-7.
- Baptista, A.M. (2015). A arte do Côa e o projeto PINTIA/2015. Apresentação. In Sanz Mínguez, C. (ed.). *El Bestiario Vacceo: Vaccearte: 8ª exposición de arte contemporáneo de inspiración vaccea*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, pp. 9-10.
- Baptista, A.M. (2015). A arte do Vale do Côa na Coreia do Sul. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 16-28.
- Baptista, A.M. (2015). A arqueologia rupestre no Vale do Côa. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 29-35.
- Baptista, A.M. (2015). O Museu do Côa. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 195-211.
- Baptista, A.M. (2015). Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC). O sistema de visita aos sítios rupestres. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 36-42.
- Baptista, A.M. (2015). Parque Arqueológico do Vale do Côa - Portefólio I. *Côavisão* 17: 187-243.
- Baptista, A.M. (2015). Vale do Côa, ou o labirinto da teogonia. *Cadernos do Côa*, 08: 8-12.
- Baptista, A.M. (no prelo). O Vale do Côa. Estudo e gestão de um complexo de sítios de arte rupestre Património Mundial. *Atas do Simposio Internacional sobre gestión de*



enclaves europeos de arte rupestre prehistorico patrimonio mundial, Ramales de la Victoria, Cantabria, Abril de 2014.

- Fernandes, A.P.B. (2015). Open-air rock-art conservation: present issues and possible solutions with regard to the Côa Valley rock-art complex. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 149-163.
- Fernandes, A.P.B. (2015). The Côa Museum and Archaeological Park public outreach efforts through the use of online platforms. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 164-186.
- Fernandes, A.P.B. (2015). A conservação da arte rupestre do Vale do Côa: ponto da situação em meados da segunda década do século XXI. In Burón Álvarez, M. & Val Recio, J. (eds.) *Jornadas técnicas. La conservación del Arte rupestre: Sostenibilidad e integración en el paisaje*, pp. 101-107. Salamanca: Junta de Castilla y León.
- Fernandes, A.P.B. (2015). A Presença em Linha do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa como um Caso de Estudo em Arqueologia Pública. *O Ideário Patrimonial*, 4: 56-87.
- Jørkov Thomsen, K.; Murray, A.S.; Buylaert, J.P.; Jain, M.; Hansen, J.H.; Aubry, T. (2015). Testing single-grain quartz OSL methods using sediment samples with independent age control from the Bordes-Fitte rockshelter (Roches d'Abilly site, Central France). *Quaternary Geochronology* 31: 77-96.
- Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.P.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição Arte Rupestre do Vale do Côa]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, 220 p. (bilingue português e coreano)



- Luís, L. (2015). Uma Arte da Guerra: O Vale do Côa no final do I Milénio a.C. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 90-114.
- Luís, L.; Aubry, T.; Santos, A.T. (2015). Directing the Eye: The Côa Valley Pleistocene Rock Art in Its Social Context. In Collado Giraldo, H.; García Arranz, J.J. (eds.) *XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015: Symbols in the Landscape: Rock Art and Its Context [DVD-Rom]*. Tomar: Instituto Terra e Memória (Arkeos; 37), pp. 1341-1348.
- Reis, M. (2015). Prospecção arqueológica e a evolução do inventário da arte rupestre do Côa. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 115-148.
- Sampaio, J. D. (2015). Criar destruindo: a arte de Vhils. *Côavisão* 17: 245. Vila Nova de Foz-Côa.
- Sampaio, J. D. (2015). A arte no Côa, 25 000 anos depois. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp.187-194.
- Santos, A. T. (2015). A arte paleolítica do Vale do Côa: breve síntese. In Lee, S.; Baptista, A.M.; Fernandes, A.B. (eds.). *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]*. Ulsan: Ulsan Petroglyph Museum, pp. 68-89.
- Santos, A.T. (2015). Em torno da arte paleolítica do Vale do Côa. In Sanz Mínguez, C. (ed.). *El Bestiario vacceo: Vaccearte: 8ª exposición de arte contemporáneo de inspiración vaccea*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, pp. 18-26.
- Santos, A. T.; Sanches, M. de J.; Teixeira, J.C. (2015). The Upper Palaeolithic rock art of Portugal in its Iberian context. In Bueno Ramírez, P.; Bahn, P. G. (eds.). *Prehistoric art as Prehistoric Culture*. Oxford: Archaeopress Archaeology, pp. 123-133.



6. Exposições no Museu do Côa

Foram produzidas e montadas 6 exposições temporárias ao longo do ano de 2015 (duas das quais iniciadas em 2014) nas 3 salas das temporárias do MC:

1) Exposição de desenho e gravura – sala 1

O Resto e o Gesto: desenhos para o século XXI

Obras especialmente concebidas para o Museu do Côa por **Catarina Patrício, Paulo Lisboa e Alexandre Farto (VIHLS)**

Em parceria com o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), da Universidade Nova de Lisboa.

Patente entre 15 de novembro 2014 e 31 de março 2015

2) Exposição de fotografia sobre o *Território do Côa* – salas 2 e 3

Emoções (Fotografias de Jorge Pena)

Em parceria com a Associação Territórios do Côa / Jorge Pena

Patente entre 14 de novembro de 2014 e 31 de março de 2015

3) Exposição 1/81 [30 anos/CPS: Centro Português de Serigrafia] - Salas 1, 2 e 3

Arte contemporânea. Em parceria com o Centro Português de Serigrafia.

Patente entre 30 de Maio e 9 de Agosto de 2015



4) Exposição 2ª *Global Print* - salas 1, 2 e 3.

Gravura contemporânea

Em parceria com o Núcleo de Gravura de Alijó / Nuno Canelas

Patente entre 12 de agosto e 22 de setembro de 2015

5) 8ª *Exposição de arte contemporânea de inspiração Vacceo* - salas 1, 2 e 3.

Uma exposição de arte contemporânea e arqueologia, em parceria com o Centro de estudos Vacceos “Frederico Wattenberg”, da Universidade de Valladolid

Patente entre 26 de setembro e 11 de novembro de 2015.

6) *Pensar o Côa: invenção de uma escrita, escultura e ações efémeras* - salas 1, 2 e 3.

Obras de **Nuno Vicente** inspiradas no Vale do Côa.

Patente entre 21 de novembro de 2015 e 31 de janeiro de 2016

7. Divulgação / Serviço Educativo

Elaboração da nova imagem da revista *Côavisão*, publicação periódica do município de Vila Nova de Foz Côa. Paginação e design gráfico (JS).



Elaboração da imagem promocional para a Associação Transumância e Natureza (ATN).

Atualização trimestral da programação do PAVC e Museu do Côa para a Agenda Regional - Programa de Promoção e Animação Turística no Douro, promovida pela Estrutura de Missão do Douro.

Consultoria científica na produção de filme publicitário para a Associação Territórios do Côa sobre a Grande Rota do Vale do Côa (Reconstituições / quotidiano paleolítico).

O PAVC e o Museu do Côa estiveram presentes na Bolsa de Turismo de Lisboa, com um stand conjunto entre o Côa e Siega Verde (4, 5 e 6 de Março).

O PAVC e o Museu do Côa organizaram as comemorações conjuntas com o PNDI e a ACÔA do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 de Abril). Participação nos percursos pedestres e visita orientada ao Castro de Cidadelhe

No Dia Internacional dos Museus (18 de Maio) foram organizadas visitas especiais ao Museu do Côa ("do projeto ao objeto").

Participação em Workshop sobre políticas e ordenamento do território, com alunos e professores do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (29 de maio).

Participação de técnicos do Museu do Côa no "Workshop StixCamp: Utilização de Standards Abertos em Ciência, Educação, Tecnologia e Cultura para o Desenvolvimento".



(Uma colaboração entre a Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores, Fundação Côa Parque, ACOA e ATN). De 17 a 19 de Julho, em Figueira de Castelo Rodrigo.

Comemorações dos 19 anos da criação do Parque Arqueológico / nos 5 anos do Museu do Côa: **30 julho** - visitas especiais ao Museu do Côa; **10 agosto** - visitas especiais aos núcleos de gravuras abertos ao público; **1 agosto** - sessão teórica e prática de astronomia (o céu noturno) pela Associação de Física da Universidade de Aveiro.

Jornadas Europeias do Património – Património industrial e técnico: O sumagre e a seda: fauna, flora e velhas indústrias. (Fundação Côa Parque/ICNF/PNDI) **10 de outubro**.

“Do Parque Natural do Douro Internacional ao Museu do Côa: Reformulação da pequena rota de Miranda do Douro – Percurso inaugural. (Fundação Côa Parque/ICNF/PNDI). **24 de outubro**.

O **Serviço Educativo** organizou e/ou participou ao longo do ano (n)um leque de atividades, de que se destacam:

a) Promoção, organização e realização de visitas e atividades pedagógicas em contexto escolar ao Parque Arqueológico e ao Museu do Côa.

b) Presença regular no Meeting Point diário do Museu do Côa.

c) Várias atividades pedagógicas em contexto escolar nas escolas da área do PAVC.

Várias apresentações do jogo "À descoberta do Vale do Côa".



d) Organização e coordenação das visitas dos grupos da CP que integram os percursos turísticos da "Rota das Amendoeiras".

e) Coordenação do projeto "O Côa na Escola", uma organização conjunta entre a FCP e o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Foz Côa com a parceria da ATN e que se desenvolve ao longo de todo o ano letivo. O Programa "O Côa na Escola" insere-se nas Atividades Educativas do Parque Arqueológico do Vale do Côa /Museu do Côa e tem sido desenvolvido em colaboração com a Escola Tenente Coronel Adão Carrapatoso, de Vila Nova de Foz Côa. Para além da transmissão de conteúdos pedagógicos, com estas atividades procura-se dar a conhecer aos alunos o património Arqueológico e Natural que se insere na área do PAVC. Pretende-se que as informações transmitidas nas ações realizadas, direcionadas para os alunos do 3º Ciclo e Secundário, contemplem os conteúdos dos programas das disciplinas de História, Ciências Naturais, Biologia e Geologia.

f) Participação no Conselho Geral da Escola Tenente-Coronel Adão Carrapatoso, sendo a FCP um dos membros deste Conselho Geral.

g) Realização de Oficinas Pedagógicas e de Arqueologia Experimental ao longo de todo o ano, quer no Museu, quer indo às escolas ou associações culturais que o solicitem.

h) Monitorização do programa de atividades no Parque e Museu durante as férias de verão.

i) Colaboração com o projeto Arquivo da Memória, de iniciativa da ACÔA, Associação de Amigos do Parque e Museu do Côa.



j) Acompanhamento regular das páginas de internet do Museu do Côa e PAVC, quer através do Facebook, Twitter e canal próprio no YouTube, assegurando uma divulgação permanente das atividades do Parque e Museu aos seus milhares de seguidores. Há igualmente uma monitorização e atualização constante ao longo do ano dos conteúdos do site www.arte-coa, que condensa toda a investigação e material de divulgação da arte do Côa.

8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

8.1 – Análise Financeira (patrimonial)

Segue-se, agora, a análise à performance económica e financeira da Fundação, efetuada com base na informação contabilística referente ao exercício de 2015, numa base comparativa com a informação referente ao exercício de 2014. Tal informação foi preparada pela empresa de contabilidade ACONTA, tendo, posteriormente, sido objeto de Revisão/Auditoria.

Assim,

O Balanço da Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa (Côa Parque) relativo ao exercício de 2015, apresenta um Ativo Líquido de 653.866,39 euros, um valor de Fundos Patrimoniais de 168.537,65 euros, sendo o seu passivo no valor de 485.328,74 euros.

Apresentando-se, também, os valores de 2014 para efeitos comparativos, os grandes agregados do Balanço de 2015 (e de 2014), estruturam-se do seguinte modo:

(valores expressos em euros)

Rubrica	2015	2014
Fundos Patrimoniais	168.537,€	561.962,8
Passivo	485.328,7	431.400,1



Ativo líquido	653.866,€	993.363,0
----------------------	-----------	-----------

O valor do ativo líquido diminuiu consideravelmente entre 2014 e 2015, tendo passado a ser financiado maioritariamente por passivos neste último ano, quando em 2014 o era, maioritariamente, pelos fundos patrimoniais. Em termos gráficos, podemos visualizar a estrutura do balanço da seguinte forma:



Todas as rubricas do ativo estão valorizadas pelo custo de aquisição (Princípio do Custo Histórico) à exceção dos bens (imobilizado e alguns inventários) doados pelo IGESPAR (atual DGPC). Os Fundos Patrimoniais derivam dos fundos provenientes dos vários fundadores, do valor dos bens constante da contabilidade do IGESPAR à data em que foram doados por aquela entidade à Fundação Còa Parque, e do valor dos subsídios atribuídos pelo FEDER relativos a bens de investimento.



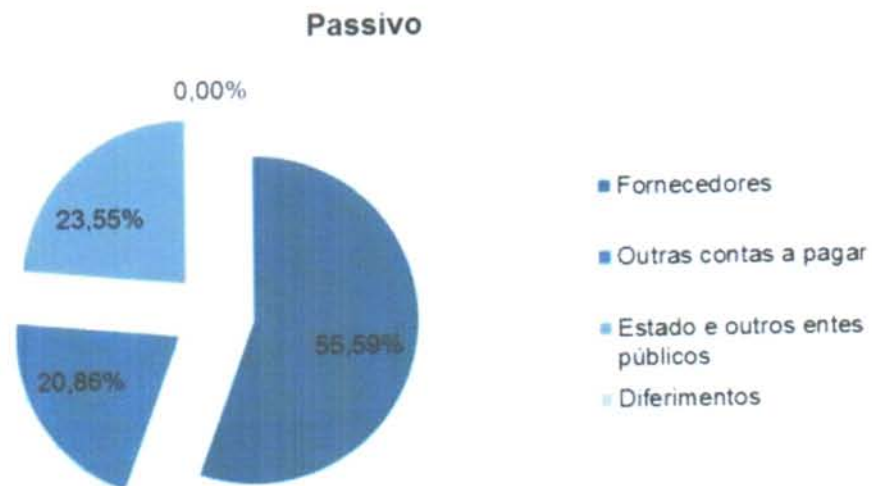
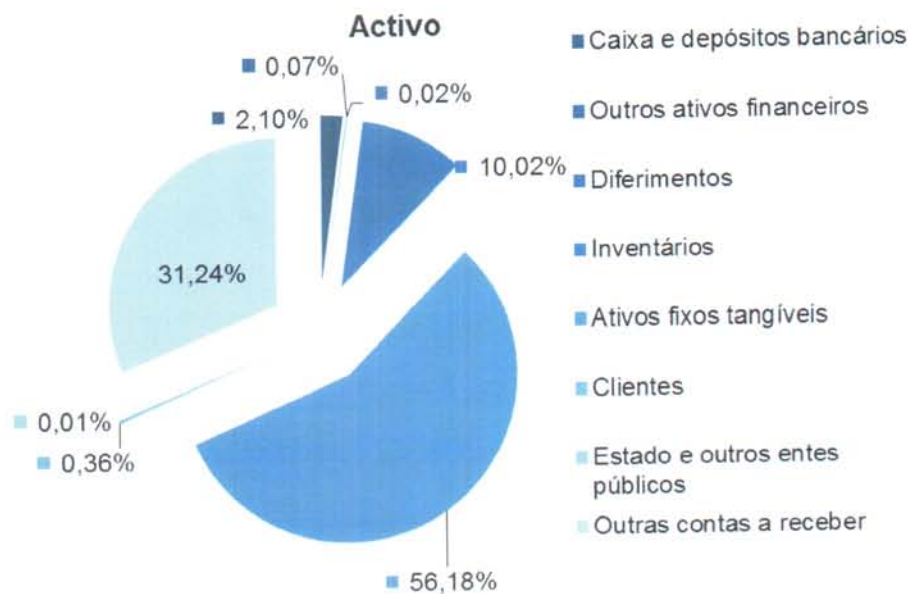


n



Estrutura do Ativo	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Caixa e depósitos bancários	13.728,5	2,10	42.256,9	4,25
Outros ativos financeiros	434,7	0,07	433,8	0,04
Diferimentos	157,1	0,02	3.250,1	0,33
Inventários	65.539,5	10,02	71.425,8	7,19
Ativos fixos tangíveis	367.335,6	56,18	548.662,2	55,23
Clientes	2.330,1	0,36	10.401,6	1,05
Estado e outros entes públicos	61,1	0,01	6.823,4	0,69
Outras contas a receber	204.279,0	31,24	310.109,0	31,22
Total	653.866,3	100	993.363,0	100

Estrutura do Passivo	2015		2014	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Fornecedores	269.795,9	55,59	169.478,9	39,29
Outras contas a pagar	101.241,6	20,86	156.263,5	36,22
Estado e outros entes públicos	114.291,1	23,55	105.564,3	24,47
Diferimentos			93,4	0,02
Total	485.328,7	100,00	431.400,1	100,00



Analisando alguns aspetos do Balanço, podemos constatar que, em termos globais, o mesmo apresenta algumas variações relevantes de 2014 para 2015.



No que se refere aos seus valores Ativos, as rubricas que, de longe, mais se destacam são as dos “Ativos Fixos Tangíveis” e de “Outras contas a receber”, assumindo as restantes valores pouco significativos.

No domínio dos Ativos Fixos Tangíveis (cujos valores são apresentados na tabela acima em termos líquidos), verificou-se uma descida do valor dos mesmos em cerca de 180.000,00 €, facto que resulta de um quase nulo nível de investimento realizado em 2015 e do efeito “Depreciações do Exercício”, sendo estas superiores a 185.000,00 €.

Ao nível da rubrica de Outras Contas a Receber, o saldo apresentado em 2015 está em grande parte relacionado com os subsídios do próprio ano que a Cõa Parque tem direito a receber dos seus membros fundadores, por forma a fazer face aos gastos decorrentes da sua atividade operacional (sendo que também estão em dívida algumas verbas referentes aos anos de 2013 e 2014), bem como com subsídios, quer à exploração quer ao investimento, a serem reembolsados pelo FEDER no decurso do ano de 2016. No que se refere aos subsídios a receber dos fundadores, de salientar que esta rubrica sofreu uma descida bastante pronunciada, em relação ao exercício de 2014, devido ao recebimento de várias verbas que estavam em atraso, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P..

De entre as restantes rubricas que compõem o Ativo, e apesar de as mesmas se revelarem pouco significativas, merece referência o comportamento apresentado pelas rubricas de “Inventários” e de “Caixa e depósitos bancários”. Ao nível dos inventários, verifica-se uma diminuição em cerca de 6.000,00 €, enquanto ao nível de Caixa e depósitos bancários (nomeadamente depósitos bancários) tal diminuição quase atinge os 30.000,00 €. Estas descidas refletem as dificuldades financeiras da Fundação, assentes num inexistente fundo de maneo.

Quanto ao Passivo da instituição, o mesmo converge para três componentes relevantes: “Fornecedores”, “Estado e outros entes públicos” e “Outras contas a pagar”.



O valor da rubrica "Fornecedores" é maioritariamente composto pela dívida a uma entidade e reflete a dificuldade crescente da entidade em honrar os seus compromissos de curto prazo e a necessidade do recebimento das contribuições em dívida por parte dos seus membros fundadores.

Quanto ao valor das dívidas ao Estado e outros entes públicos, encontra-se em mora o pagamento de mais de 60.000,00 €, existe um plano de pagamento de uma dívida superior a 50.000,00 € em prestações (do qual foram pagos em 2015 cerca de 17.000,00 €), a que acresce o valor do IVA a entregar ao Estado referente ao último trimestre de 2015.

Ao nível da rubrica de "Outras contas a pagar", seguindo o princípio da especialização dos exercícios, a entidade registou a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias referentes a 2015 e a pagar em 2016 aos seus funcionários, sendo tal estimativa a responsável por quase 90.000,00 € dos 101.241,63 € constantes daquela rubrica. O remanescente diz respeito a montantes a devolver no âmbito de projetos financiados, decorrentes de adiantamentos efetuados pelo FEDER, e a valores em dívida a ex-elementos do Conselho de Administração.

De resto, a variedade das rubricas que compõe a estrutura do Passivo da entidade não é suficientemente relevante, a ponto de merecer comentários adicionais aos aqui tecidos.

8.2 – Análise Económica

O Resultado Líquido do exercício é negativo, no montante de 223.847,81 euros, que compara com um resultado de -368.032,17 euros referente ao exercício de 2014. Neste particular e na vertente económica, verifica-se, portanto, uma melhoria razoável do comportamento da Fundação Côa Parque.

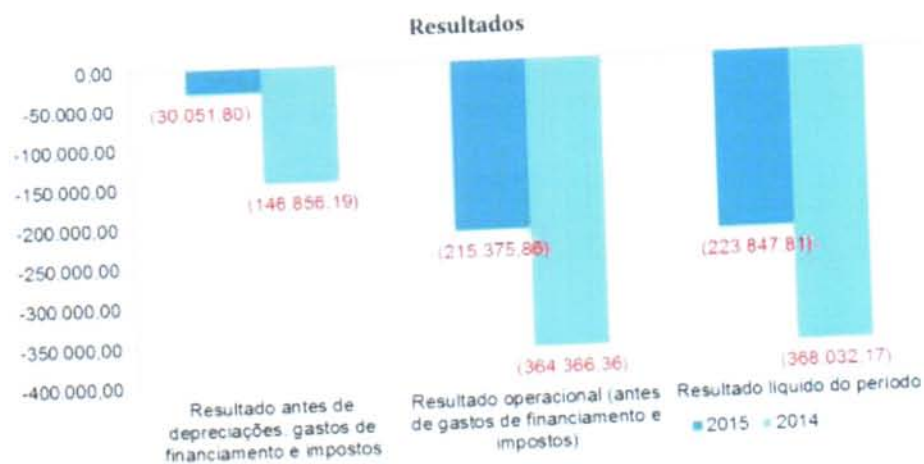
Por detrás desta variação encontra-se a redução do valor dos gastos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal, das depreciações do exercício e do crescimento do valor das prestações de serviços. Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, a forte redução



n
W

verificou-se no âmbito dos gastos enquadrados em projetos comunitários financiados pelo FEDER, pelo que 80% ou 85% desses gastos (dependendo do projeto) também não tiveram reflexo ao nível dos rendimentos na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”. No que se refere aos gastos com o pessoal, foi possível observar uma diminuição em cerca de 11% do valor desta rubrica, na sequência da ligeira diminuição do quadro de pessoal. Na medida em que praticamente não se verificaram investimentos em 2015, o final do período de vida útil de alguns bens que teve lugar no exercício de 2014 justifica a redução dos gastos de depreciação do ano de 2014 para o de 2015. Por outro lado, a melhoria verificada ao nível dos rendimentos assenta num crescimento superior a 13% da receita de bilheteira da Fundação, visto que a evolução do nível da venda de bens não sofreu variação significativa de um ano para o outro.

Em termos gráficos, a evolução dos resultados apresenta-se do seguinte modo:



8.3 - Estrutura dos Rendimentos

Da análise aos rendimentos, e tal como referido no ponto anterior, verifica-se que as Vendas e Serviços prestados ascenderam a 173.088,98 euros, em 2015, o que representa uma ligeira subida face ao ano de 2014 (156.850,08 euros). Estes rendimentos têm a sua



origem, sobretudo, nas receitas de bilheteira obtidas pela entidade e na venda de artigos na loja do Museu do Côa.

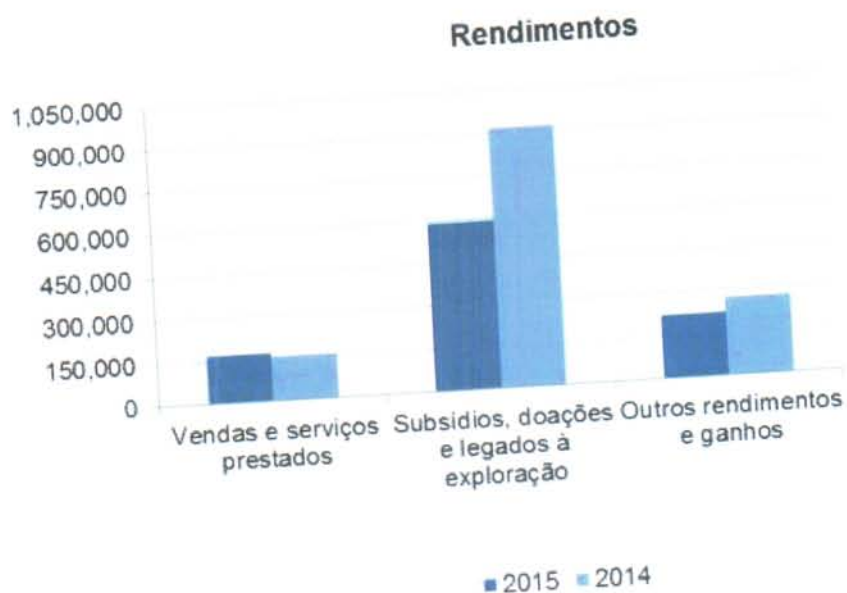
A quebra acentuada ao nível dos subsídios à exploração está intimamente relacionada com a quebra verificada ao nível dos fornecimentos e serviços externos, na medida em que muitos dos gastos suportados em 2014 foram objeto de comparticipação no âmbito de projetos, enquanto a diminuição do valor da rubrica “Outros rendimentos e ganhos” está, por sua vez, relacionada com a diminuição das “Depreciações do exercício”, uma vez que a imputação a rendimentos de subsídios ao investimento/doações é feita na proporção de tais depreciações.

Rendimentos e Ganhos	2015		2014	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Vendas e serviços prestados	173.088,98	17,56%	156.850,08	11,63%
Subsídios, doações e legados à exploração	591.688,61	60,02%	917.967,75	68,08%
Outros rendimentos e ganhos	221.111,78	22,43%	273.574,75	20,29%
Total de Rendimentos	985.889,37	100,00%	1.348.392,58	100,00%

Apresenta-se, de seguida, a estrutura dos rendimentos inerente ao funcionamento da Fundação Côa Parque nos exercícios de 2015 e 2014.



Handwritten signature in blue ink.



8.4 - Estrutura dos Gastos

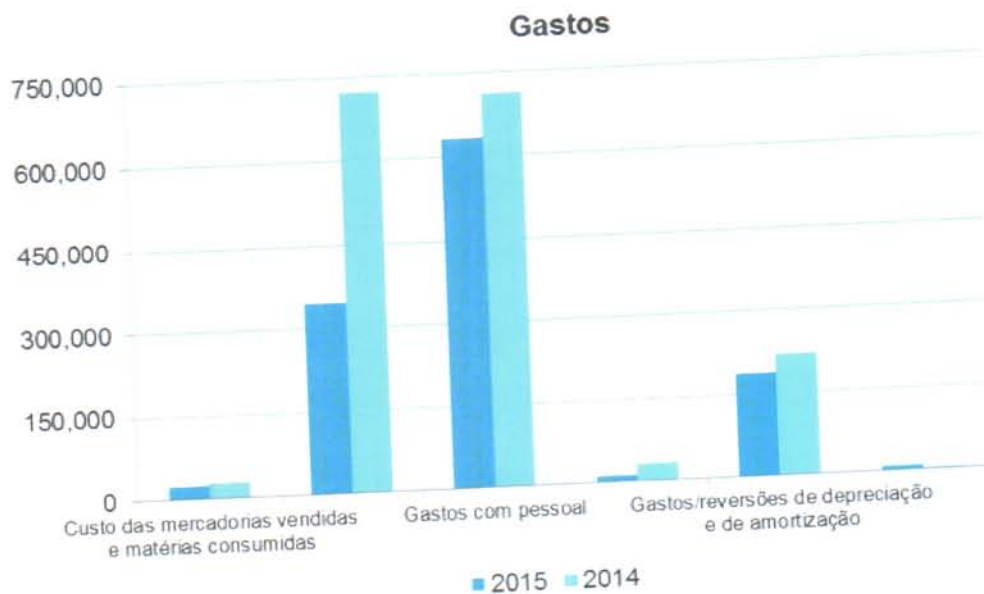
Em 2015, e comparativamente com o exercício de 2014, a estrutura de gastos da entidade apresentou-se como se segue:

Gastos e perdas	2015		2014	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Custo merc. vendas e matérias cons.	23.628,12	1,95%	27.069,30	1,58%
Fornecimentos e serviços externos	346.096,90	28,61%	723.312,44	42,14%
Gastos com pessoal	632.888,99	52,32%	712.115,97	41,49%
Outros gastos e perdas	13.327,16	1,10%	32.751,06	1,91%
Gastos de depreciação e de amortização	185.324,06	15,32%	217.510,17	12,67%
Juros e gastos similares suportados	8.471,95	0,70%	3.665,81	0,21%
Total de Gastos	1.209.737,18	100,00%	1.716.424,75	100,00%

Desta estrutura de gastos, de destacar a relevância dos Fornecimentos e Serviços Externos (F.S.E.) e dos Gastos com o Pessoal, que assumem, em conjunto, mais de 80,00% do total de gastos suportados pela Côa Parque. A forte diminuição verificada nos F.S.E. está, na sua maioria, relacionada com gastos executados em 2014 no âmbito de projetos



comparticipados pelo FEDER, pelo que grande parte desta diminuição tem a correspondente queda no rendimento incluído na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”, tal como já referido no ponto 5.2 supra. Por sua vez, a diminuição verificada ao nível dos “Gastos com o pessoal” é uma consequência da ligeira diminuição do quadro de pessoal. A outra rubrica que assume um valor importante nesta estrutura de gastos é a dos “Gastos de depreciação e de amortização”, que corresponde, maioritariamente, às depreciações dos ativos fixos tangíveis doados pelo IGESPAR (atual DGPC). Em termos gráficos, assim se pode representar a estrutura de gastos da Fundação Còa Parque:





9. Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo de 223.847,81 € seja transferido para Resultados Transitados, na expectativa da sua cobertura por Resultados positivos em exercícios posteriores.

10. Acontecimentos subsequentes

O Conselho de Administração chama a atenção para as considerações constantes do ponto 9.2 do Anexo, as quais deverão ser tomadas em devida conta no contexto da leitura de todos os documentos de prestação de contas de 2015.

11. Perda de metade dos fundos

À semelhança do que vem sucedendo ano após ano, a Fundação obteve um prejuízo bastante elevado no exercício findo, o qual se junta aos prejuízos transitados de exercícios anteriores. Este facto, aliado a outros de natureza técnica, faz com que mais de metade do capital inicial fundacional já tenha sido absorvida, circunstância que aproxima a Fundação Coa Parque de uma situação de falência técnica. Por seu turno, tal situação coloca em causa a solvabilidade da entidade.

O exposto deverá preocupar os Fundadores da entidade, em ordem à tomada de decisões capazes de inverter tal situação.

Vila Nova de Foz Côa

2015. 04.18

O Conselho de Administração

António Ponte

Melchior Moreira

Gustavo Duarte

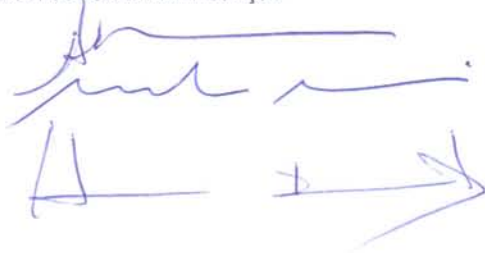
Entidade: Cõa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cõa

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2015 e 31.12.2014

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	
			2015	2014
Vendas e serviços prestados	+	7	173.088,98	156.850,08
Subsídios, doações e legados à exploração	+	8	591.688,61	917.967,75
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	6	(23.628,12)	(27.069,30)
Fornecimentos e serviços externos	-	14	(346.096,90)	(723.312,44)
Gastos com pessoal	-	12 ; 14	(632.888,99)	(712.115,97)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-/+			
Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	3 ; 6 ; 8 ; 14	221.111,78	273.574,75
Outros gastos e perdas	-	14	(13.327,16)	(32.751,06)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		(30.051,80)	(146.856,19)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	(185.324,06)	(217.510,17)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(215.375,86)	(364.366,36)
Juros e rendimentos similares obtidos	+			
Juros e gastos similares suportados	-		(8.471,95)	(3.665,81)
Resultado antes de impostos	=		(223.847,81)	(368.032,17)
Imposto sobre rendimento do período	-/+			
Resultado líquido do período	=		(223.847,81)	(368.032,17)

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado




Relatório de Gestão e Contas 2015 - D.R.

Entidade: Cõa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cõa
 Balanço individual em 31.12.2015 e 31.12.2014

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2015	31.12.2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	367.335,65	548.662,21
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		367.335,65	548.662,21
Ativo corrente			
Inventários	6	65.539,99	71.425,82
Clientes	11	2.330,16	10.401,64
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	11; 14	61,10	6.823,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	8; 11; 14	204.279,02	310.109,03
Diferimentos	14	157,19	3.250,19
Outros ativos financeiros	4; 11	434,72	433,87
Caixa e depósitos bancários	4; 11	13.728,56	42.256,91
		286.530,74	444.700,86
Total do Ativo		653.866,39	993.363,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	8; 14	500.000,00	495.555,50
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14	(452.554,39)	(84.522,22)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	3; 8; 14	344.939,85	518.961,78
		392.385,46	929.995,06
Resultado líquido do período		(223.847,81)	(368.032,17)
Total dos Fundos patrimoniais		168.537,65	561.962,89
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	269.795,96	169.478,93
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	11; 13; 14	114.291,15	105.564,35
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	8; 14		93,40
Outras contas a pagar	11; 13; 14	101.241,63	156.263,50
Outros passivos financeiros			
		485.328,74	431.400,18
Total do Passivo		485.328,74	431.400,18
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		653.866,39	993.363,07

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

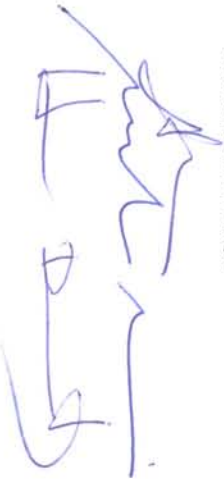
Relatório de Gestão e Contas 2015 - Balanço

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2014

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses minoritários	Totais dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1	8									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	3 : 8						(142.835 14)	(142.835 14)		(142.835 14)	(142.835 14)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2										
RESULTADO EXTENSIVO	3										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4-2+3										
Fundos		8									
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	5										
	6-1+2+3+5						(142.835 14)	(388.032 177)	(510.867 311)	(510.867 311)	(510.867 311)

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-nãe										Total	Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período					
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	8, 14				(368.032,17)			(143.835,14)				(510.867,31)		(510.867,31)
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de ativos financeiros e intangíveis														
Excedente de revalorização de ativos financeiros tangíveis e respectivos variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	3, 8, 14							(174.021,93)			(174.021,93)		(174.021,93)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8									(223.847,81)	(174.021,93)		(174.021,93)	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8									(223.847,81)	(223.847,81)		(223.847,81)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO														
Fundos	14	4.444,50											4.444,50	
Subsídios, doações e legados														
Outras operações	10	4.444,50											4.444,50	
SPOSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	11=6+7+8+10	8, 14	4.444,50				(368.032,17)		(316.857,07)		(223.847,81)	(904.292,55)		4.444,50

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado




RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		2015	2014	
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes	+	7	174.158,37	189.249,55
Pagamentos de subsídios	-			
Pagamentos de apoios	-			
Pagamentos de bolsas	-			
Pagamentos a fornecedores	-	14	(266.255,88)	(664.366,68)
Pagamentos ao pessoal	-	12 ; 14	(605.181,12)	(753.345,42)
Caixa gerada pelas operações	+/-		(697.278,63)	(1.228.462,55)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		66,00	
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	8	667.595,85	1.254.512,62
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-	(29.616,78)	26.050,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-	5	(55.311,66)	(37.482,58)
Ativos intangíveis	-			
Investimentos financeiros	-			
Outros ativos	-			
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	+			
Ativos intangíveis	+			
Investimentos financeiros	+			
Outros ativos	+			
Subsídios ao investimento	+	8	60.428,39	24.507,43
Juros e rendimentos similares	+			
Dividendos	+			
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-	5.116,73	(12.975,15)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+			
Realização de fundos	+	14	4.444,50	
Cobertura de prejuízos	+			
Doações	+			
Outras operações de financiamento	+			
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-			
Juros e gastos similares	-		(8.471,95)	(3.665,81)
Dividendos	-			
Reduções de fundos	-			
Outras operações de financiamento	-			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	+/-	(4.027,45)	(3.665,81)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	+/-	(28.527,50)	9.409,11
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4 ; 11	42.690,78	33.281,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4 ; 11	14.163,28	42.690,78

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

ANEXO

1 – Identificação da entidade:

1.1 – *Designação da entidade:* Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa

1.2 – *NIPC:* 510 058 086

1.3 – *Sede:* Museu do Côa – Vila Nova de Foz Côa

1.4 – *Natureza da Atividade:* A Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa é uma fundação pública com regime de direito privado, criada pelo Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de março. A fundação tem como objetivo gerir, de forma integrada, o património arqueológico, paisagístico e cultural do Vale do Côa.

1.5 – Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

Os correspondentes instrumentos legais, abreviadamente designados por NCRF-ESNL, são:

- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;
- Aviso n.º 6726- B/2011, de 14 de março – NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:





Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 – Principais políticas contabilísticas:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da FUNDAÇÃO, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

- Os elementos do Ativo Fixo Tangível que foram transferidos do ex IGESPAR estão registados pelo valor pelo qual figuravam na contabilidade desse organismo à data da transferência para a FUNDAÇÃO, deduzido das correspondentes depreciações;
- Os elementos adquiridos pela Fundação estão registados pelo correspondente preço de aquisição, deduzido do valor da depreciação que lhes corresponde.

Portanto, na prática, o modelo de valorização dos elementos que compõem o Ativo Fixo Tangível é o modelo do custo.

A vida útil e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício.

IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.



h
b
7


RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente das transferências dos fundadores é reconhecido pelo valor nominal recebido e/ou a receber.

O rédito de juros é reconhecido pelo valor efetivamente recebido e/ou quando vencer o direito a tal recebimento, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos fundadores são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

As dívidas de “outros terceiros” encontram-se mensuradas ao custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar “ e “Diferimentos “.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.





Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídios de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Fundação Côa Parque.

Na preparação das Contas, assumiu-se a inexistência do risco de incobrabilidade dos créditos detidos sobre os Fundadores ligados às transferências financeiras a que estes estão vinculados para apoio às despesas de funcionamento da entidade.

3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

4 – Fluxos de caixa:

4.1 - Comentário do conselho de administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todas as quantias de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso, com exceção de um depósito a prazo. Neste caso, a entidade contratualizou um depósito a prazo pelo montante de € 5.000,00 com vencimento em janeiro de 2016. A sua mobilização antes da data de vencimento do mesmo implica a perda de juros corridos. No que se refere aos ativos financeiros detidos pela entidade, estes refletem a cotação de mercado das respetivas unidades de participação à data de 31 de dezembro de 2015 e podem a qualquer momento ser convertidos em dinheiro, ao valor da respetiva cotação à data da conversão/realização.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.



(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2015			31.12.2014		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	304,37		304,37	273,42		273,42
	Subtotais	304,37		304,37	273,42		273,42
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	8.424,19		8.424,19	36.983,49		36.983,49
	Depósitos a prazo	5.000,00		5.000,00	5.000,00		5.000,00
	Subtotais	13.424,19		13.424,19	41.983,49		41.983,49
Outros equivalentes de caixa	Ativos financeiros	434,72		434,72	433,87		433,87
	Subtotais	434,72		434,72	433,87		433,87
Totais		14.163,28		14.163,28	42.690,78		42.690,78

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Fundação.

5 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) *Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta.*

A base de mensuração usada assenta no valor constante dos registos contabilísticos do IGESPAR (atual DGPC), à data da transferência para a Fundação Côa Parque. O modelo subjacente à valorização dos vários elementos que compõem o Ativo Fixo Tangível, incluindo não só os bens transferidos pelo IGESPAR (atual DGPC) mas também os bens adquiridos pela Fundação, é o modelo do custo.

b) *Métodos de depreciação usados.*

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

c) *Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.*

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público		Bens do património histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis				
	---	---	---	---	Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis					10 anos	3 - 10 anos	4 anos	3 - 8 anos	4 - 8 anos
Taxas de depreciação					10,00%	10 - 25%	25,00%	12,5 - 33,33%	12,5 - 25%
Métodos de depreciação					Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta



h

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Materiais primas, subsidiários e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico	✓				
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico					
		Custo corrente					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra	✓				
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais	✓				
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição	✓				
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes	✓				
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
	Outros custos	Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
		Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
Técnicas de mensuração do custo	Custos padrão regularmente revistos						
	Outras	✓					
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado	✓					

As mercadorias encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo da aquisição inclui eventuais despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário utilizado é intermitente.

6.2 - *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.*



(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2015	Inventários armazenados na entidade	65.539,99		65.539,99				65.539,99
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Subtotal							
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
Totais		65.539,99		65.539,99				65.539,99
31.12.2016	Inventários armazenados na entidade	71.425,82		71.425,82				71.425,82
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Subtotal							
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
Totais		71.425,82		71.425,82				71.425,82

6.3 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.



(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			Período 2015			Período 2014				
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais		
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Compras	Inventários no começo do período		+	71 425,82		71 425,82	98 965,41		98 965,41
		Compras		+	17 748,23		17 748,23	25 424,38		25 424,38
		Devoluções de compras		-	(5,94)		(5,94)	(5,94)		(5,94)
		Descontos e abatimentos em compras		-						
		Total	=	+	17 742,29		17 742,29	25 418,44		25 418,44
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações		+/-				(25 888,73)		(25 888,73)
		Perdas em sinistros		-						
		Perdas por quebras		-						
		Outras perdas		-						
		Ofertas e amostras		-						
		Ganhos em sinistros		+						
		Ganhos por sobras		+						
		Outros ganhos		+						
		Total	=	+				(25 888,73)		(25 888,73)
		Inventários no fim do período		-	(65 539,99)		(65 539,99)	(71 425,82)		(71 425,82)
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=		23 628,12		23 628,12	27 069,30		27 069,30	
	Perdas em inventários		+							
	Ofertas e amostras de inventários		+							
	Perdas por imparidade		+							
	Totais	=		23 628,12		23 628,12	27 069,30		27 069,30	

7 – Rêdito

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rêdito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Os rêditos associados às vendas de mercadorias são reconhecidos imediatamente após a consumação de tais vendas, a qual se traduz na entrega das mercadorias aos clientes, procedendo-se à emissão do documento de venda logo após a referida entrega. No que se refere às prestações de serviços, os rêditos correspondentes são reconhecidos no momento dessa prestação, com base nos tickets e/ou faturas emitidos a propósito.

7.2 - Quantia de cada categoria significativa de rêdito reconhecida durante o período, incluindo o rêdito proveniente de:

9



- a) Venda de bens;
- b) Prestação de serviços;
- c) Juros;
- d) Royalties;
- e) Dividendos.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2015			Período 2014			Período 2013	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	40.661,16	23,46%	1,78%	39.948,32	25,42%	(5,68%)	42.353,86	28,64%
Prestação de serviços	132.427,82	76,40%	13,28%	116.901,76	74,38%	11,04%	105.275,77	71,19%
Juros	245,44	0,14%	(22,84%)	318,10	0,20%	29,48%	245,67	0,17%
Royalties								
Dividendos								
Totais	173.334,42	100%	10,29%	157.168,18	100%	6,28%	147.875,30	100%

8 – Subsídios do Governo e apoios do Governo:

8.1 - Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo destinados a financiar a atividade operacional da entidade são diretamente registados em rendimentos do exercício, qualificando-se como subsídios à exploração.

Quanto às doações dos Ativos não correntes – Ativos fixos tangíveis – por parte do IGESPAR (atual DGPC), as mesmas encontram-se apresentadas no Balanço como componente do Capital Próprio. Tais doações são imputadas a rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas nesse exercício. O mesmo sucede com os subsídios atribuídos pelo FEDER relativos a ativos.

Os subsídios recebidos (e a receber) pela Fundação provenientes dos seus Fundadores destinam-se a financiar a sua exploração, estando reconhecidos na Demonstração dos Resultados na rubrica “Subsídios à Exploração”.

8.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Os valores dos subsídios destinados à exploração obtidos pela entidade em 2015 e 2014 (os quais foram diretamente levados a rendimentos), ascenderam a 591.688,61 € e 917.967,75 €, respetivamente.

Nos Balanços da entidade, ao nível dos Capitais Próprios reportados a 31/12/2014 e 31/12/2015, encontram-se reconhecidas doações diretamente associadas aos Ativos não correntes pelos valores de 442.093,01 € e 276.136,76 €, respetivamente.



Por seu turno, em cada um daqueles dois exercícios esta tipologia de subsídios teve um impacto positivo nos resultados da entidade, por força da sua transferência para rendimentos, no valor de 207.970,01 € e 170.746,70 €, respetivamente.

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Subsídios relacionados com ativos	Subs. ao investimento	Norte-08-0569-FEDER-000095	FEDER	Atualização/valorização da museologia do Museu do Côa	Em dinheiro	2012	2015	22 626,72	(931,59)	21 695,13
	Participações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000096	FEDER	Valorização do Núcleo de arte Rupestre da Penascosa	Em dinheiro	2012	2016	39 940,28	502,12	40 442,40
	Participações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000100	FEDER	Arranjo Paisagístico do Núcleo da Cana do Inferno, Centro de Acolhimento, Guardião e Percursos Pedestres	Em dinheiro	2012	2016	9 116,48	479,81	9 596,29
	Participações comunitárias em projetos	CENTRO-07-PQ7-FEDER-000088	FEDER	Plano de Comunicação da Arte do Vale do Côa	Em dinheiro	2012	2016	3 853,81	-	3 853,81
								75 537,29	50,34	75 587,63
Não reembolsáveis	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	DGFC	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2015	31-12-2015	315 000,00	-	315 000,00
	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Município de V. N. Foz Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2015	31-12-2015	-	22 909,09	22 909,09
	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Turismo Porto e Norte	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2015	31-12-2015	-	114 545,45	114 545,45
	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	A. P. A.	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2014	31-12-2014	100 000,00	39 576,10	139 576,10
	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	A. P. A.	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2015	31-12-2015	100 000,00	-	100 000,00
	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2013	31-12-2013	5 780,28	1 198,53	6 978,81
	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2014	31-12-2014	-	6 978,81	6 978,81
	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2015	31-12-2015	-	5 727,27	5 727,27
	Medida ativa de emprego	Contrato Emprego-Inserção	IEFP	Inserção na vida ativa	Em dinheiro	2015	2015	4 040,57	-	4 040,57
	Participações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000094	FEDER	Melhoria das condições de segurança, visitação e acessibilidade do Museu do Côa	Em dinheiro	2012	2016	19 777,65	858,14	20 635,79
	Participações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000093	FEDER	Atualização/valorização da museologia do Museu do Côa	Em dinheiro	2012	2016	439,85	-	439,85
	Participações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000096	FEDER	Valorização do Núcleo de arte Rupestre da Penascosa	Em dinheiro	2012	2016	-	1 600,00	1 600,00
	Participações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000101	FEDER	Programação Cultural do Parque Arqueológico/Museu do Côa	Em dinheiro	2012	2016	181 216,66	(2 959,08)	178 257,58
	Participações comunitárias em projetos	CENTRO-07-PQ7-FEDER-000088	FEDER	Plano de Comunicação da Arte do Vale do Côa	Em dinheiro	2012	2016	152 018,07	9 329,95	161 348,02
									878 273,08	199 764,26
Reembolsáveis	...									
Totais								953 810,37	199 814,60	1 153 624,97



(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2015					Período 2014				
		Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com ativos	Doações - DGPC		170.746,70	276.136,76			207.970,01	442.093,01			
	Subs. ao investimento		10.942,46	68.803,09			10.901,47	76.868,77			
			181.689,16	344.939,85			218.871,48	518.961,78			
Subsídios relacionados com rendimentos	DGPC	315.000,00				315.000,00	11.181,14				
	Município de V. N. Foz Côa	22.909,09				27.915,22					
	Turismo Porto e Norte	114.545,45				139.576,00					
	A. P. A.	100.000,00				139.576,10					
	Assoc. Munic. Vale do Côa	5.727,27				6.978,81					
	IEFP	4.040,57				6.483,03					
	FEDER	29.466,23				3.890,67	282.438,59		93,40		
		591.688,61				3.890,67	917.967,75	11.181,14		93,40	
Reembolsáveis											
Totais	591.688,61	181.689,16	344.939,85		3.890,67	917.967,75	230.052,62	518.961,78		93,40	

No que se refere aos quantitativos dos subsídios imputáveis ou imputados aos Fundadores para apoio ao funcionamento da Fundação e que foram reconhecidos em rendimentos (no exercício de 2015 ou em exercícios anteriores) mas que ainda não forma recebidos, admitiu-se que não existe qualquer risco de cobrabilidade sobre os mesmos.

8.3 – Principais doadores/fontes de fundos.



(valores expressos em euros)

Fontes de fundos		Período 2015			Período 2014		
		Quantias atribuídas no período	Quantias atribuídas acumuladas até ao período	Total	Quantias atribuídas no período	Quantias atribuídas acumuladas até ao período	Total
Fundadores	DSPC		275.000,00	275.000,00		275.000,00	275.000,00
	Município V. N. Foz Côa		20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00
	Turismo Porto e Norte		100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00
	A. P. A.		100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00
	Assoc. Munic. Vale do Côa		5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00
			500.000,00	500.000,00		500.000,00	500.000,00
Associados							
Membros							
Patrocinadores							
Doadores							
Outros							
Totais			500.000,00	500.000,00		500.000,00	500.000,00

Os valores mencionados nesta tabela dizem respeito à realização do capital fundacional, o qual ascende a 500.000,00 €.

À data de 31/12/2015, o valor do capital subscrito encontrava-se totalmente realizado.

Os subsídios à exploração da responsabilidade dos fundadores não se encontram mencionados nesta tabela, constando da tabela integrante do ponto 8.2.

9 – Acontecimentos após a data do balanço:

9.1 - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração no dia 18 de abril de 2016.

9.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Poucos dias depois de terem sido encerradas as contas do exercício, o Conselho de Administração tomou conhecimento, embora de forma não oficial, das conclusões



K
[Handwritten signature]

constantes do Parecer emitido pela IGF subsequente ao “Pedido de parecer prévio vinculativo e de relevação relativos a transferências da Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R., para a Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa”. Tais conclusões apresentam já a concordância da hierarquia correspondente, assumindo-se como definitivas.

De acordo com tais conclusões, a Fundação terá de repor (de forma faseada e compatível com a sua situação) a importância de 195.990,26 € recebidos em excesso no ano de 2014, não podendo receber mais do que 88.000,00 € da Turismo do Porto e Norte relativamente ao exercício de 2015.

Sendo certo que a Fundação não tem condições financeiras para proceder à devolução daquela verba, a que acresce o facto de o conhecimento do Parecer ora em causa não ser oficial, a verdade é que já não houve condições para refletir nas contas da entidade o impacto económico e financeiro resultante das conclusões nele constantes.

Face ao exposto e dando como definitivas as conclusões em análise, o que é praticamente certo (ou mesmo certo), a verdade é que os documentos de prestação de contas apresentam-se sob a forma seguinte:

- Os resultados do exercício e o Ativo da Fundação estão sobrevalorizados em 26.545,45 €;
- O valor total dos Fundos Patrimoniais encontra-se sobrevalorizado em 222.535,71 €;
- O Passivo da Fundação apresenta-se subavaliado em 195.990,26 €.

10 - Impostos sobre o rendimento:

Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes.

A entidade ainda não possui o estatuto de utilidade pública. Nesse sentido, não se encontra abrangida pelo regime de isenção do IRC previsto nas várias disposições constitutivas do Capítulo II do Código do IRC, muito embora o mencionado no Decreto-Lei que criou a Fundação quanto a esta matéria deixe algumas dúvidas quanto a este assunto.

Desse modo, tratando-se de um sujeito passivo que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, só parte dos seus rendimentos é que se encontram sujeitos a IRC.

Para o exercício de 2015 não resultou liquidação do imposto sobre o rendimento, à luz das regras pelas quais se regem os sujeitos passivos do IRC que não exercem a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

b) Impostos diferidos

Não são de registar Ativos por Impostos Diferidos ligados ao prejuízo incorrido em 2015, não só por força do enquadramento fiscal da entidade como também pela natureza não lucrativa do seu fim/objeto.

11 – Instrumentos financeiros:



Políticas contabilísticas

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Principais bases de mensuração dos instrumentos financeiros	Bases de mensuração		
	Custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade	Justo valor através de resultados	Justo valor através de capitais próprios
Clientes e outras contas a receber ou pagar, bem como empréstimos bancários de maturidade e plano de amortização definido	X		
Contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira com maturidade e plano de amortização definido			
Investimentos em obrigações não convertíveis			
Instrumentos de dívida perpétua ou obrigações convertíveis			
Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida			
Empréstimos a subsidiárias ou associadas com maturidade e plano de amortização definido			
Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável	X		
Investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente			
Ativos financeiros ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação		X	
Derivados (contrato ou direito a adquirir numa data futura) sobre instrumentos de capital próprio cujo justo valor não possa ser mensurado fiavelmente			
Instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas			
Instrumentos de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura ou de investimento líquido numa operação estrangeira			

Categorias de ativos e passivos financeiros:

11.2 – Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

- a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;*
- b) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;*
- c) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao custo menos imparidade;*
- f) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao custo;*
- g) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada.*

(valores expressos em euros)

Ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor		31.12.2015			31.12.2014		
		Bases de determinação do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada	Bases de determinação do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada
Ativos financeiros	Titulos negociáveis	Cotação de mercado	5,5736	334,08	Cotação de mercado	5,5623	333,41
	Titulos negociáveis	Cotação de mercado	5,3203	100,64	Cotação de mercado	5,3110	100,46
			10,8939	434,72		10,8733	433,87
Passivos financeiros						



(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2015			Período 2014		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Cientes e utentes	2.330,16		2.330,16	10.401,64		10.401,64
	Outras contas a receber	204.279,02		204.279,02	310.109,03		310.109,03
	Estado e outros entes públicos	61,10		61,10	6.823,40		6.823,40
	Caixa e depósitos bancários	13.728,56		13.728,56	42.256,91		42.256,91
		220.398,84		220.398,84	369.590,98		369.590,98
Passivos financeiros	Fornecedores	269.795,96		269.795,96	169.478,93		169.478,93
	Outras contas a pagar	101.241,63		101.241,63	156.263,50		156.263,50
	Estado e outros entes públicos	114.291,15		114.291,15	105.564,35		105.564,35
		485.328,74		485.328,74	431.306,78		431.306,78

12 – Benefícios dos empregados:

12.1 – Número médio de empregados durante o ano;

12.2 – Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro;

Colaboradores durante o período	Período 2015		Período 2014	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	3	3	3	3
Empregados	35	36	37	37
Cooperantes				
Voluntários				

12.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos.

Nenhum dos elementos que compõem os órgãos diretivos, à data de 31 de dezembro de 2015, é remunerado.

13 – Divulgações exigidas por diplomas legais:

13.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).



(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2015			Período 2014		
	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	4.980,00		4.980,00	4.980,00		4.980,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	4.980,00		4.980,00	4.980,00		4.980,00

13.2 - Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

À data de 31 de dezembro de 2015, a entidade encontrava-se em mora quanto ao pagamento de contribuições para a ADSE, no montante de 18.098,10 €, para a Segurança Social no valor de 13.256,94 € e de retenções sobre o trabalho dependente no montante de 4.892,00 €. No que se refere às contribuições para a CGA em situação de mora, as mesmas ascendiam, em 31/12/2015, a 24.127,68 €, sendo que a entidade celebrou um acordo de pagamento de contribuições em dívida no montante de 51.089,52 €, tendo pago já duas prestações, no âmbito desse acordo, no exercício de 2015. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, todas estas dívidas permanecem em mora acrescidas das contribuições referentes ao mês de dezembro de 2015, com exceção das retenções de impostos sobre o rendimento (quer de novembro quer de dezembro de 2015), as quais foram pagas no decurso do corrente ano.

Não existem valores a pagar aos trabalhadores em situação de mora.

Nessa mesma data, existem verbas por pagar aos elementos do Conselho de Administração (C. A.) respeitantes a senhas de presença (2.298,60 €) e de reembolso de despesas efetuadas pelo anterior presidente do C. A. em nome e por conta da entidade (5.791,14 €). Como é natural, estes reembolsos de despesas não se encontram contemplados na tabela supra.

Há ainda a considerar o débito a um ex-elemento do Conselho de Administração, pelo valor de 4.854,27 €, correspondente à remuneração pelo desempenho de funções em substituição do ex-Presidente do mesmo Conselho.

Esclarece-se que não foram tomados em linha de conta os (eventuais) impactos de natureza económica e financeira que poderão decorrer para Fundação em resultado das conclusões constantes do Relatório produzido pela Inspeção Geral de Finanças associado à Auditoria que levou a cabo aos anos de 2011 a 2014.

Tais impactos, a terem lugar, não deverão apresentar relevância.

14 – Outras informações:

14.1 – *Detalhe da reconciliação dos saldos entre o início e fim do período das contas de fundos, reservas, resultados transitados, excedentes de revalorização e outras variações no capital próprio.*



(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos	495.555,50		4.444,50	500.000,00
Excedentes técnicos				
Reservas				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	(84.522,22)	(368.032,17)		(452.554,39)
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais	518.961,78	(163.834,78)	9.812,85	344.939,85
Subsídios	76.868,77	(13.088,08)	5.022,40	68.803,09
Doações	442.093,01	(170.746,70)	4.790,45	276.136,76
Outras				

14.2 – Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos.

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos			Período 2015	Período 2014
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Outros acréscimos de rendimentos	492,00	
		...		
	Totais		492,00	
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	89.028,35	96.075,71
...				
Totais		89.028,35	96.075,71	
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	157,19	3.250,19
		...		
	Totais		157,19	3.250,19
	Rendimentos a reconhecer	Outros rendimentos a reconhecer		93,40
...				
Totais			93,40	

14.3 – Detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”.



(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2015			31.12.2014		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	61,10		61,10	66,00		66,00
Retenção de capitais	61,10		61,10	66,00		66,00
Retenção de impostos sobre rendimentos		(10.306,00)	(10.306,00)	999,82		999,82
Imposto sobre o valor acrescentado		(1.336,66)	(1.336,66)		(11.457,46)	(11.457,46)
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE		(102.648,49)	(102.648,49)		(88.349,31)	(88.349,31)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações						
Totais	61,10	(114.291,15)	(114.230,05)	1.065,82	(99.806,77)	(98.740,95)

14.4 – Desdobramento da rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.



(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2015	Período 2014
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	63 464,35	348 514,40
	Publicidade e propaganda		23 325,00
	Vigilância e segurança	184 746,00	204 487,50
	Honorários		
	Comissões		26,22
	Conservação e reparação	11 158,25	16 383,28
	Outros		
Totais		259 368,60	592 736,40
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 243,49	5 297,07
	Livros e documentação técnica		
	Material de escritório	538,92	1 740,36
	Artigos para oferta		1 830,98
	Outros		
Totais		2 782,41	8 868,41
Energia e fluidos	Eletricidade	50 731,27	52 504,84
	Combustíveis	15 052,80	22 932,15
	Água	585,89	1 304,62
	Outros		
Totais		66 369,96	76 741,61
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	477,25	16 377,68
	Transportes de pessoal	15,40	85,20
	Transportes de mercadorias	309,37	325,65
	Outros		
Totais		802,02	16 788,53
Serviços diversos	Rendas e alugueres	2 846,66	11 317,40
	Comunicação	7 766,92	8 639,53
	Seguros	3 156,16	4 397,30
	Royalties		
	Contencioso e notariado	15,84	
	Despesas de representação		
	Limpeza, higiene e conforto	2 979,03	3 669,16
	Outros serviços	9,30	154,10
Totais		16 773,91	28 177,49
Totais		346 096,90	723 312,44



14.5 – Desdobramento da rubrica “Gastos com o pessoal”.

(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2015	Período 2014
Remunerações do pessoal	482.444,19	531.585,61
Encargos sobre remunerações	113.918,83	130.894,29
Seguro de acidentes de trabalho	155,82	159,68
Outros gastos com o pessoal	36.370,15	46.895,39
Subsídio de alimentação	33.508,81	34.971,30
Abono de família	1.719,72	2.680,10
Subsídio à habitação		1.184,18
Despesas de representação	43,39	6.142,20
Ajudas de custo	1.098,23	1.917,61
Outros		2.581,00
Totais	632.888,99	712.115,97

14.6 – Desdobramento das rubricas “Outros rendimentos e ganhos” e “Outros gastos e perdas”.

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos e ganhos		Período 2015	Período 2014	Outros gastos e perdas		Período 2015	Período 2014
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos	Impostos diretos		
	Aluguer de equipamento	22.360,00	26.109,92		Impostos indiretos	145,05	
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas	31,12	
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares	7.946,43	6.747,38		...		
Totais	30.306,43	32.857,30		Totais	176,17		
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,61	34,49	Descontos de pronto pagamento concedidos			
Outros rendimentos e ganhos	Correções relativas a períodos anteriores	8.227,47	11.181,14	Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	9.484,25	26.056,73
	Imputação de subsídios para investimentos	181.689,16	218.871,48		Donativos		2.350,00
	---				Quotizações	500,00	
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	Outros não especificados	642,67	10.312,24		Outros não especificados	3.166,74	4.344,33
Totais	190.559,30	240.364,86		Totais	13.150,99	32.751,06	
Totais	220.866,34	273.256,65		Totais	13.327,16	32.751,06	

Vila Nova de Foz Côa, 18 de abril de 2016

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



[Handwritten signature]
 Relatório de Gestão e Contas 2015 - Anexo

[Handwritten signature]

Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

Contribuinte n.º 510 418 678

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 653.866,39 € e um total de Fundos Patrimoniais de 168.537,65 €, incluindo um Resultado Líquido negativo de 223.847,81 €), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, do exercício findo naquela data, e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, o resultado das suas operações, os seus fluxos de caixa e as alterações nos seus Fundos Patrimoniais, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

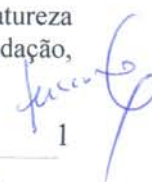
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Do ponto de vista quantitativo, não foram tomados em consideração os impactos de natureza económica e financeira que resultam para as contas do exercício de 2015 da Fundação,



Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

Contribuinte n.º 510 418 678

decorrentes do Parecer emitido pela IGF a propósito do pedido de Parecer prévio e vinculativo solicitado por um dos Fundadores relativo a transferências pecuniárias.

Esse impacto assume a seguinte configuração, conforme, aliás, mencionado no ponto 9.2 do Anexo:

- Os resultados do exercício e o Ativo da Fundação estão sobrevalorizados em 26.545,45 €;
- O valor total dos Fundos Patrimoniais encontra-se sobrevalorizado em 222.535,71 €;
- O Passivo da Fundação apresenta-se subavaliado em 195.990,26 €.

Esclarece-se que aquele Parecer apenas foi comunicado ao Ministério da Cultura em 28 de março do corrente, não tendo ainda, nesta data, o Conselho de Administração da Fundação conhecimento oficial do mesmo.

Acresce que à data da tomada de conhecimento (informal) do teor desse Parecer, já as contas se encontravam encerradas.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos decorrentes da situação descrita no ponto anterior, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, os seus fluxos de caixa e as alterações nos seus fundos patrimoniais, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (SNC – ESNL).

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

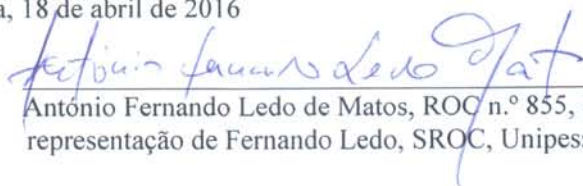
10.1. A Fundação obteve um prejuízo bastante elevado no exercício findo, o qual se junta aos prejuízos transitados de anos anteriores. Aliás, à data de 31 de dezembro de 2015 já se encontra perdida mais de metade do capital fundacional inicial, facto que aproxima a entidade de uma situação de falência técnica. Esta circunstância, por seu turno, coloca em causa a sua solvabilidade.

Como quer que seja, as Demonstrações Financeiras respetivas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

10.2. Face ao constatado no tocante ao conjunto das apólices de seguro subscritas pela entidade, enfatiza-se a necessidade de possuir um conjunto de apólices de seguro suficientemente abrangente e pelos capitais adequados, tendo em vista garantir a continuidade da mesma.

10.3. Admitem-se como bons os créditos detidos sobre os Fundadores à data de 31/12/2015, resultantes dos valores ainda não transferidos para a Fundação naquela data por conta da subsidiação que lhes cabe nas despesas de funcionamento desta.

Vila Nova de Foz Côa, 18 de abril de 2016


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855, em
representação de Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

Contribuinte nº 510 418 678

Exercício de 2015

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Srs.,
Membros do Conselho de Fundadores da
Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa

No cumprimento do disposto na alínea a) do artigo 24º dos estatutos da Fundação, apresentamos o relatório sobre a nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2015.

Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos por lei, designadamente pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

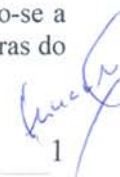
- a) À fiscalização da administração da Fundação;
- b) À vigilância da observância da lei e dos estatutos;
- c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
- e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 18 de abril de 2016.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

- a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
- b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:

- a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da Fundação e respeitam o cumprimento da lei e dos seus estatutos;
- b) A contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
- c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.



1

Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

Contribuinte nº 510 418 678

Igualmente, alertamos para o facto de :


- d) A Fundação vem apresentando resultados negativos por montantes significativos, facto que, naturalmente, coloca em causa a continuidade do seu funcionamento. Assim, deverão ser tomadas medidas em ordem a equilibrar o funcionamento da instituição, do ponto de vista económico e financeiro, sob pena de tal continuidade se revelar uma incógnita;
- e) Chama-se a atenção para a importância de a entidade possuir e manter um conjunto de apólices de seguro suficientemente abrangente e pelos capitais adequados, tendo em vista garantir a já mencionada continuidade das suas operações;
- f) Alertamos, também, para a necessidade de existir uma maior disciplina entre a Fundação e os seus Fundadores, ao nível do respetivo relacionamento financeiro;
- g) Igualmente se chama a atenção para a necessidade de o Conselho de Administração, em total consonância com a tutela, gizar um plano de funcionamento para Fundação que lhe permita exercer a respetiva atividade sem os permanentes constrangimentos financeiros que a vêm afetando. Tal plano, naturalmente, não deverá perder de vista os são princípios da racionalidade económica que deverão presidir ao funcionamento de qualquer entidade, pública ou privada;
- h) Alertamos para a sensibilidade que decorre da existência de dívidas em mora ao Estado, em particular daquelas que estão associadas a impostos e contribuições retidas a terceiros;
- i) Tomamos devida nota e alertamos para o referido no ponto 9.2 do Anexo.

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam apreciados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2015 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Seja feita a necessária apreciação sobre a atuação da Administração e fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Vila Nova de Foz Côa, 18 de abril de 2016


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855, em
representação de Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda